

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPEM/RO

CONCURSO PÚBLICO para provimento de cargos efetivos,
pertencentes ao Quadro de Pessoal do IPEM/RO.

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

PROVA
T05 - P
TARDE

ATENÇÃO:
Verifique se o código da prova deste caderno de questões confere com o seu cartão de respostas

TRANSCREVA EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS A FRASE DO ESCRITOR FERNANDO SABINO PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

"No fim tudo dá certo, e se não deu certo é porque ainda não chegou ao fim."

ATENÇÃO

● DURAÇÃO DA PROVA: 03h30min

● ESTE CADERNO CONTÉM 40 (QUARENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO:

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	8	2,5
História e Geografia de Rondônia	4	2,5
Conhecimentos Específicos	28	2,5

● VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.

● RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
 - Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
 - O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões, não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
 - Ao terminar a prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
 - Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
 - O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

www.funcab.org

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Outro Caminho

A educação profissional é uma enorme oportunidade para os 18 milhões de jovens brasileiros de 18 a 24 anos que estão fora de universidade e não têm qualificação para ingressar no mercado de trabalho. Apesar dos avanços registrados, só metade da população dessa faixa etária conclui o ensino médio, segundo estudo do SENAI com base na PNAD 2010. Isso reforça a ideia de que os cursos de qualificação, que não exigem essa etapa de aprendizagem como pré-requisito, são uma saída.

O mercado hoje oferece número expressivo de vagas em profissões como ajudante de obra civil, operador de empilhadeira, açougueiro industrial. São carreiras que não exigem o ensino médio e podem ser uma opção para a chamada “geração nem-nem” – jovens que não trabalham e não estudam. Esse grupo representa hoje cerca de 5,3 milhões de brasileiros entre 18 e 25 anos, excluídos do mercado de trabalho e do ensino formal. Significa que um em cada cinco jovens dessa faixa etária se encontra hoje nessa situação.

Renda e escolaridade têm relação direta. Pesquisa feita pela Fundação Getulio Vargas em parceria com o SENAI revela que uma pessoa com nível médio completo tem salário 15% maior quando conclui curso técnico. Ou seja: o ensino profissional é uma opção também para os jovens que desejam aumentar sua renda.

Defendemos a ampliação da rede de escolas de ensino profissional no país como uma alternativa de qualificação para os jovens ingressarem no mercado de trabalho. É preciso combater o antigo preconceito de associar cursos profissionalizantes a jovens pobres. Essa é uma ideia absolutamente ultrapassada.

[...]

O Bolsa Família transfere renda mensal para 13,7 milhões de famílias pobres. A qualificação pode representar outro caminho para milhares de jovens, filhos dessas mesmas famílias. Educação com foco em cursos profissionalizantes pode ajudá-los a romper o ciclo de pobreza dos seus pais. Esse pode ser um novo caminho para o país – um rumo alinhado com o novo tempo da economia.

(LUCCHESI, Rafael. 15 de outubro de 2012. SENAI, O Globo. fragmentado. in <<http://arquivos.portaldaindustria.com.br/portlet/24/19189/20121015150116303270a.pdf>> acesso em 17/12/2012.)

Questão 01

Assinale a alternativa que reforça, segundo a compreensão global do texto, a sugestão inicial do autor em “A educação profissional é uma enorme oportunidade para os 18 milhões de jovens brasileiros de 18 a 24 anos que estão fora de universidade e não têm qualificação para ingressar no mercado de trabalho.”

- A) “Apesar dos avanços registrados, só metade da população dessa faixa etária conclui o ensino médio, segundo estudo do SENAI com base na PNAD 2010.” (parágrafo 1)
- B) “Significa que um em cada cinco jovens dessa faixa etária se encontra hoje nessa situação.” (parágrafo 2)
- C) “Esse grupo representa hoje cerca de 5,3 milhões de brasileiros entre 18 e 25 anos, excluídos do mercado de trabalho e do ensino formal.” (parágrafo 2)
- D) “Pesquisa feita pela Fundação Getulio Vargas em parceria com o SENAI revela que uma pessoa com nível médio completo tem salário 15% maior quando conclui curso técnico.” (parágrafo 3)
- E) “Defendemos a ampliação da rede de escolas de ensino profissional no país como uma alternativa de qualificação para os jovens ingressarem no mercado de trabalho.” (parágrafo 4)

Questão 02

O pronome pessoal oblíquo átono destacado no período “Educação com foco em cursos profissionalizantes pode ajudá-LOS a romper o ciclo de pobreza dos seus pais.”, refere-se, no último parágrafo, à seguinte expressão:

- A) o Bolsa Família.
- B) famílias pobres.
- C) filhos dessas mesmas famílias.
- D) cursos profissionalizantes.
- E) outro caminho.

Questão 03

Assinale a opção em que está corretamente justificado o uso do travessão no trecho: “São carreiras que não exigem o ensino médio e podem ser uma opção para a chamada ‘geração nem-nem’ – jovens que não trabalham e não estudam.”

- A) Anuncia a fala de um personagem do texto.
- B) Destaca uma explicação sobre o termo anteriormente citado.
- C) Sinaliza uma retificação do que foi discutido no período anterior.
- D) Introduz uma nova discussão do autor sobre o tema.
- E) Antecipa o assunto do parágrafo seguinte.

Questão 04

A alternativa em que a palavra destacada apresenta a mesma classe gramatical que EXPRESSIVO, no trecho “O mercado hoje oferece número expressivo de vagas em profissões como ajudante de obra civil, operador de empilhadeira, açougueiro industrial.”, é:

- A) “Apesar dos avanços registrados, só metade da POPULAÇÃO dessa faixa etária conclui o ensino médio, segundo estudo do SENAI com base na PNAD 2010.” (parágrafo 1)
- B) “Isso reforça a ideia de que os cursos de qualificação, que não exigem essa ETAPA de aprendizagem como pré-requisito, são uma saída.” (parágrafo 1)
- C) “Defendemos a ampliação da rede de escolas de ensino PROFISSIONAL no país como uma alternativa de qualificação para os jovens ingressarem no mercado de trabalho.” (parágrafo 4)
- D) “A qualificação pode representar outro caminho para MILHARES de jovens, filhos dessas mesmas famílias.” (parágrafo 5)
- E) “Esse pode ser um novo CAMINHO para o país – um rumo alinhado com o novo tempo da economia.” (parágrafo 5)

Questão 05

Assinale a opção em que a palavra QUE destacada DESTOA das demais quanto à classificação gramatical.

- A) “A educação profissional é uma enorme oportunidade para os 18 milhões de jovens brasileiros de 18 a 24 anos QUE estão fora de universidade e não têm qualificação para ingressar no mercado de trabalho.”
- B) “Isso reforça a ideia de que os cursos de qualificação, QUE não exigem essa etapa de aprendizagem como pré-requisito, são uma saída.”
- C) “São carreiras QUE não exigem o ensino médio e podem ser uma opção para a chamada ‘geração nem-nem’ [...]”
- D) “Pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o SENAI revela QUE uma pessoa com nível médio completo tem salário 15% maior quando conclui curso técnico.”
- E) “Ou seja: o ensino profissional é uma opção também para os jovens QUE desejam aumentar sua renda.”

Questão 06

A oração destacada no período “Defendemos a ampliação da rede de escolas de ensino profissional no país como uma alternativa de qualificação PARA OS JOVENS INGRESSAREM NO MERCADO DE TRABALHO.” exprime o seguinte valor semântico, circunstancial, em relação à oração anterior:

- A) finalidade.
- B) tempo.
- C) consequência.
- D) conformidade.
- E) conclusão.

Questão 07

A opção em que o verbo destacado no último período do texto “Esse PODE ser um novo caminho para o país – um rumo alinhado com o novo tempo da economia.”, está flexionado no futuro do pretérito do modo indicativo é:

- A) podia.
- B) poderia.
- C) pudera.
- D) poderá.
- E) pudesse.

Questão 08

Está correta a concordância do verbo destacado na alternativa:

- A) Naquela indústria, **OCORREU** inúmeras irregularidades em relação à medição de peso dos produtos.
- B) Muitas empresas não **CONSIDERA** a regulamentação sobre pesos e medidas dos órgãos competentes.
- C) Quantos de nós, consumidores, ainda **SEREMOS** lesados pelas empresas que não acatam as leis sobre pesos e medidas de seus produtos?
- D) **HAVERÃO**, ainda que num futuro remoto, pessoas preocupadas em serem honestas com relação ao peso e à medida de seus produtos.
- E) **DEVE-se** fiscalizar as empresas para garantir aos consumidores a veracidade da informação dada sobre o peso e a medida dos produtos.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão 09

O território brasileiro possui grande diversidade de unidades de relevo. De maneira geral, todas são classificadas a partir de três tipos básicos de relevo: planalto, planície e depressão. Segundo o IBGE, o estado de Rondônia possui cerca de cinco unidades de relevo. A unidade de relevo que ocupa a maior parte do território de Rondônia é denominada de:

- A) Depressão Sul da Amazônia.
- B) Planalto da Bacia do Paraná.
- C) Serras do Rio Guaporé.
- D) Planície Acriana do Purus.
- E) Depressão do Rio Amazonas.

Questão 10

Vários fatores contribuíram para a organização do processo de ocupação das regiões Centro-Oeste e Norte, na primeira metade do século XX, como a instalação de linhas telegráficas. Um dos representantes do governo brasileiro que participou ativamente desse processo foi:

- A) Rio Branco.
- B) Cândido Rondon.
- C) Orlando Villas Bôas.
- D) Antonio Raposo Tavares.
- E) Luís Pinto de Sousa Coutinho.

Questão 11

Na primeira metade de 2012, houve uma série de reivindicações nos canteiros das obras da usina hidrelétrica de Jirau. Após um período de greve no mês de março e algumas manifestações mais acirradas, que contaram com a intervenção da Força Nacional de Segurança, as obras foram retomadas. Entre as alternativas a seguir, assinale a principal reivindicação da maioria dos trabalhadores grevistas da usina hidrelétrica de Jirau.

- A) Respeitar as reservas indígenas.
- B) Trabalhar em áreas climatizadas.
- C) Construção de casas para familiares.
- D) Pagamento de melhores salários.
- E) Aplicação da legislação ambiental.

Questão 12

As eleições municipais de 2012 foram marcadas pela expansão do uso da tecnologia de identificação biométrica no Brasil. O estado de Rondônia já participara dessa expansão, uma vez que alguns eleitores rondonienses utilizaram esse sistema anteriormente. Entre as opções a seguir, assinale a que apresenta dois municípios que utilizaram o sistema de identificação biométrico nas eleições municipais de 2012 em Rondônia.

- A) Castanheiras e Alto Paraíso.
- B) Monte Negro e Chupinguaia.
- C) Porto Velho e Itapuã do Oeste.
- D) Candeias do Jamari e Parecis.
- E) Costa Marques e Ji-Paraná.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 13

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se Receitas Públicas, registradas como orçamentárias ou extraorçamentárias. Assinale, nas alternativas abaixo, a única operação que pode, dependendo de suas características, ser caracterizada como um ingresso orçamentário.

- A) Depósitos em caução.
- B) Fianças.
- C) Operações de crédito.
- D) Emissão de moeda.
- E) Estoques de terceiros.

Questão 14

Os Princípios Orçamentários visam ao estabelecimento de regras norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Qual os princípios abaixo tem como finalidade principal evitar múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política?

- A) Periodicidade.
- B) Exclusividade.
- C) Universalidade.
- D) Unidade ou totalidade.
- E) Integração.

Questão 15

Suponha que você tem em mãos duas planilhas (I e II) referentes às despesas com pessoal de um determinado ente da federação, e que a planilha II contém apenas subcontas da planilha I.

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	\$
Pessoal Ativo	1.000
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.000
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	1.000

DESPESAS (II)	\$
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	500
Decorrentes de Decisão Judicial	500
Despesas de Exercícios Anteriores	500
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	500

Conforme a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), "Art. 19: Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida a seguir discriminados: União: 50% (cinquenta por cento); II - Estados: 60% (sessenta por cento); e III - Municípios: 60% (sessenta por cento)." No entanto, o § 1º, na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, menciona que não serão computadas algumas despesas. Diante dos dados, a despesa líquida com pessoal apurada nesse caso é de:

- A) \$ 0
- B) \$ 1.000
- C) \$ 1.500
- D) \$ 2.000
- E) \$ 2.500

Questão 16

O artigo 3º da Lei nº 8.666/1993 assim dispõe: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia [...]." No entanto, o inciso IV, § 5º do referido artigo, permite o estabelecimento de margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. Mas para que essa preferência possa ser exercida, o texto legal impõe algumas condições, entre elas:

- A) a soma das margens não poderá ultrapassar o montante de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.
- B) a margem de preferência será estabelecida com base em estudos revistos periodicamente, em prazo não superior a 2 (dois) anos.
- C) a margem de preferência poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários apenas dos países com os quais o Brasil tenha acordos comerciais.
- D) não se aplica aos bens e aos serviços cuja capacidade de produção ou prestação no País seja superior à quantidade a ser adquirida ou contratada.
- E) não estão incluídos os produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País.

Questão 17

A Resolução CFC nº 1.282/2010 em relação à Resolução CFC nº 750/1993:

- A) atualiza e consolida os dispositivos.
- B) desconsidera a necessidade de manutenção.
- C) desconsidera a importância do conteúdo doutrinário emanado.
- D) admite que um alicerce novo para o julgamento profissional na aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade deve ser construído de forma totalmente independente.
- E) admite que para a correta aplicação da NBC T 1 é necessária a construção de um novo alicerce doutrinário.

Questão 18

Segundo a Lei nº 4.320/1964: “Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro: I – as receitas nele arrecadadas; II – as despesas nele legalmente empenhadas”. Esta fração do texto legal:

- A) refere-se apenas à contabilidade orçamentária e não à contabilidade patrimonial para o reconhecimento de ativos e passivos.
- B) preconiza que a contabilidade patrimonial pública ora é regida pelo regime de competência, ora é regida pelo regime de caixa.
- C) preconiza que para a contabilidade pública, as transações e outros eventos somente são reconhecidos quando os recursos financeiros são recebidos ou pagos.
- D) preconiza que as receitas na contabilidade pública são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência.
- E) refere-se à possibilidade da existência de regimes distintos para reconhecimento de ativos e passivos na contabilidade patrimonial.

Questão 19

Observe a seguinte operação:

	Código da Conta
D	3.3.2.x.x.xx.xx
C	2.1.3.x.x.xx.xx

Profundo conhecedor da estrutura do plano de contas da Administração Pública, você pode afirmar que esse registro refere-se a:

- A) um lançamento de natureza apenas financeira.
- B) um lançamento de natureza apenas orçamentária.
- C) uma variação patrimonial qualitativa.
- D) uma variação patrimonial aumentativa.
- E) uma variação patrimonial diminutiva.

Questão 20

Abaixo estão listadas algumas características do processo de planejamento e seus respectivos instrumentos. Assinale a única alternativa correta.

- A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento de planejamento de longo prazo.
- B) A Lei Orçamentária Anual (LOA) orienta as políticas das agências de fomento.
- C) A validade do Plano Plurianual (PPA) publicado, abarca parcialmente dois mandatos do Poder Executivo.
- D) A Lei Orçamentária Anual (LOA) define metas e prioridades para o exercício subsequente, incluindo as despesas de capital.
- E) A regionalização dos orçamentos é atributo exclusivo no Plano Plurianual (PPA).

Questão 21

O suprimento de fundos entregues a servidor para futura prestação de contas:

- A) não necessita ser precedido de empenho.
- B) é destinado às despesas ordinárias, assim, na concessão, empenha-se todo o valor.
- C) deve ser contabilizado como despesa, independentemente de haver ou não restituição.
- D) dispensa o empenho, devido ao caráter emergencial da despesa.
- E) deve ser registrado apenas na liquidação.

Questão 22

No que se refere ao controle dos restos a pagar na Contabilidade Pública, está correto o que se afirma em:

- A) O controle dos saldos inscritos, tanto os pagos quanto os não pagos, é feito em contas do passivo.
- B) A inscrição de despesas como restos a pagar será efetuada no encerramento do exercício financeiro de emissão da nota de empenho.
- C) Após inscritos, os restos a pagar terão validade indeterminada até a sua liquidação e/ou pagamento.
- D) A inscrição e o cancelamento de restos a pagar não processados são controlados em contas do ativo.
- E) A inscrição de despesas como restos a pagar será efetuada na abertura do exercício financeiro posterior ao da emissão da nota de empenho.

Questão 23

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – parte V, define as estruturas básicas dos demonstrativos, entre os quais, o fluxo de caixa. Quanto à estrutura do referido demonstrativo, preconiza o manual:

- A) Deve ser confeccionado exclusivamente pelo método direto.
- B) Embora possa ser confeccionado tanto pelo método direto quanto pelo método indireto, o referido manual admite a preferência pelo método indireto.
- C) Estão evidenciadas as contas de despesas de depreciação e de ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais.
- D) O saldo das transferências que refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta é uma subconta da receita derivada.
- E) Os ingressos de operações correspondem à receita arrecadada corrente de atividades operacionais, que são separadas em derivadas e originárias, evidenciando-se a origem e a espécie, considerando-se as respectivas deduções. No entanto, as deduções não são evidenciadas separadamente no demonstrativo.

Questão 24

“Instituída no Brasil por meio da Lei nº 11.079/2004, a parceria público-privada (PPP) é uma forma de contratação por meio da qual o Governo transfere a uma empresa privada a atribuição de realizar um projeto de interesse público. Esses projetos se referem à concessão de serviços em geral ou de obras públicas, em que o parceiro privado fica responsável pelos investimentos e pela gestão do negócio, podendo ser remunerado por cobrança de tarifa dos usuários e por contraprestação pública.”
(Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – parte III)

No que se refere à contabilização dos contratos de PPP, é correto afirmar:

- A) Para o ente público, a despesa orçamentária nas concessões patrocinadas, em geral, é corrente de prestação de serviços, visto que, na essência, a contraprestação do parceiro público é considerada ajuda financeira.
- B) Para o ente público, nas concessões administrativas, a essência da despesa orçamentária é corrente de subvenções econômicas, pois nestes casos há contraprestações decorrentes de serviços prestados diretamente ou indiretamente ao parceiro público, podendo haver outras despesas, de acordo com os objetos definidos no contrato.
- C) Os investimentos específicos em obras ou aquisição de bens financiados pelo parceiro público nunca serão registrados em seu balanço patrimonial.
- D) A assunção, pelo parceiro público, de parte relevante de pelo menos um entre os riscos de demanda, disponibilidade ou construção será considerada condição suficiente para o reconhecimento dos ativos imobilizados ou intangíveis em seu balanço patrimonial.
- E) Os investimentos específicos em obras ou aquisição de bens financiados pelo parceiro público são registrados no balanço patrimonial do ente público exclusivamente como obras em andamento ou bem específico.

Questão 25

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – parte I, recomenda que devem ser lançados(as) como deduções de receitas, EXCETO:

- A) a restituição de receitas orçamentárias.
- B) o valor que ultrapassar o saldo da receita a anular.
- C) os recursos que o ente tenha competência de arrecadar, mas que pertençam a outro ente.
- D) a renúncia de receita.
- E) a compensação de receita.

Questão 26

Para a contabilidade pública, o processo de reconhecimento de um ativo intangível deve ser aplicado:

- A) a patrimônio cultural intangível.
- B) a ativos fiscais diferidos.
- C) ao reconhecimento e mensuração do direito de exploração e avaliação de ativos.
- D) aos gastos com o desenvolvimento e à extração de recursos minerais, petróleo, gás natural e outros recursos não renováveis similares.
- E) aos gastos com marcas e patentes.

Questão 27

No que se refere aos créditos adicionais regulamentados pela Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar:

- A) A tendência, no exercício, do saldo mensal apurado entre a arrecadação prevista e a realizada deve ser desconsiderada para o cálculo do excesso de arrecadação.
- B) A reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, não poderá ser utilizada para abertura de créditos adicionais.
- C) O excesso de arrecadação compõe o *superavit* financeiro no cálculo das disponibilidades de recursos.
- D) Os créditos adicionais suplementares terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos.
- E) Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes do *superavit* financeiro, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Questão 28

No que se refere ao controle interno da execução orçamentária regulamentado pelos textos da Constituição Federal (artigos 70 a 75) e da Lei nº 4.320/1964, conclui-se que:

- A) o Poder Executivo exercerá controle prévio sobre a legalidade dos atos, a fidelidade funcional dos agentes da administração e, também, sobre o cumprimento da execução financeira dos programas de trabalhos relacionados.
- B) o Tribunal de Contas exercerá somente o controle posterior sobre a legalidade dos atos, a fidelidade funcional dos agentes da administração e o cumprimento financeiro e de metas do programa de trabalho.
- C) as unidades de medida referentes ao cumprimento do programa de trabalho, seja em termos monetários ou em termos de realização de obras e prestação de serviços, serão definidas, posteriormente, pelo órgão proponente da proposta orçamentária.
- D) o controle prévio sobre a legalidade dos atos, a fidelidade funcional dos agentes da administração e o cumprimento do programa de trabalho não poderá ser efetuado de forma concomitante pelo Poder Executivo e pelo Tribunal de Contas.
- E) o Tribunal de Contas somente atuará quando acionado pelas casas legislativas ou por dispositivo legal que o obrigue.

Questão 29

Segundo o texto da Constituição Federal – artigos 70 a 75 – em relação ao Presidente da República, cabe ao Tribunal de Contas da União:

- A) julgar as contas prestadas somente ao final do mandato presidencial.
- B) apreciar as contas prestadas anualmente.
- C) emitir parecer somente posterior à apreciação das contas.
- D) fiscalizar as contas prestadas ao final do mandato presidencial.
- E) durante o mandato, auditar e emitir parecer sobre as contas prestadas; ao final do mandato, julgar.

Questão 30

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, parte V, trata da publicação das notas explicativas – NE's, podendo nestas serem utilizadas estimativas. Segundo o manual:

- A) embora permitidas, as estimativas devem ser pouco utilizadas, pois reduzem a confiabilidade dos demonstrativos.
- B) não devem ser realizadas revisões das estimativas.
- C) uma mudança de método de avaliação é uma mudança de estimativa.
- D) o uso de estimativas razoáveis não é admitido; a precisão é valor fundamental para o bem da informação contábil.
- E) as possíveis fontes de erro de uma estimativa devem ser publicadas.

Questão 31

Suponha que você é o Governador do Estado e precisa realizar uma obra de grande vulto, com valor orçado em R\$ 5.000.000,00. Observando os requisitos de melhor técnica e economicidade, você dividiu a obra em 10 (dez) etapas iguais, orçadas em R\$ 500.000,00 cada. As obras são de mesma natureza e serão realizadas em um único local, por especialistas semelhantes, de forma conjunta e concomitante. Diante dos requisitos da Lei nº 8.666/1993, você:

- A) descobriu que utilizou critérios diferenciados dos preconizados pela referida Lei para dividir as etapas e, portanto, terá de refazer a sua divisão.
- B) poderá realizar apenas um único processo licitatório para as 10 (dez) etapas.
- C) embora possa utilizar a modalidade de convite para cada uma das etapas previstas, achou mais adequado a modalidade de tomada de preços.
- D) pode alternar as modalidades de convite e tomada de preços conforme necessidade de cada etapa.
- E) somente poderá utilizar a concorrência como modalidade em cada uma das 10 (dez) etapas.

Questão 32

A NBC T 16.5, que estabelece critérios para o registro contábil dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio das entidades do setor público, reconhece que na ausência de norma contábil aplicada ao setor público, o profissional da contabilidade:

- A) deve utilizar normas que tratem de temas similares, independentemente da nacionalidade destas.
- B) deve dispensar o uso de notas explicativas, desde que evidenciado o procedimento e os impactos.
- C) pode utilizar qualquer norma nacional.
- D) não pode utilizar normas internacionais.
- E) deve observar, inicialmente, a jurisprudência acerca do tema em questão.

Questão 33

A NBC T 16.11 aprovou o Sistema de Informação de Custos do Setor Público. A referida Resolução preconiza que é necessário e útil que a entidade que deseja evidenciar seus custos unitários utilizando-se dos vários métodos de custeio existentes, o faça respeitando as etapas naturais do processo de formação dos custos dentro dos seus respectivos níveis hierárquicos. Nas alternativas abaixo estão listadas, de forma desordenada, algumas dessas etapas naturais. Que etapa, de acordo com a sequência sugerida pela Resolução, você escolheria, na forma hierárquica, como a primeira a ser executada?

- A) Escolha do modelo de alocação dos custos indiretos.
- B) Alocação dos custos diretos aos objetos de custos.
- C) Identificação dos objetos de custos.
- D) Identificação dos custos diretos.
- E) Evidenciação dos custos diretos dentro da classe de objetos definidos.

Questão 34

A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 – regula as operações de crédito por antecipação de receita destinada a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro. No entanto, a Lei impõe algumas restrições para essa operação, entre elas:

- A) Deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o último dia útil de cada ano.
- B) Deverá ser liquidada até o último dia do mandato do Presidente, Governador ou Prefeito.
- C) A taxa de juros poderá ser pós-fixada desde que pactuado um único indicador, dentre os indicadores disponíveis na economia, entre as partes.
- D) A operação estará proibida enquanto existir operação anterior de mesma natureza não integralmente resgatada.
- E) A insuficiência de caixa deve ser detectada e a operação solicitada até o décimo dia da abertura do exercício.

Questão 35

Segundo o Art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto nesse artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo(a):

- A) Constituição Federal.
- B) Câmara dos Deputados.
- C) Senado Federal.
- D) Ministério da Fazenda.
- E) Tribunal de Contas da União.

Questão 36

Segundo a Lei nº 4.320/1964, verificar a procedência do crédito fiscal é um procedimento inicial:

- A) do registro.
- B) do lançamento.
- C) da arrecadação.
- D) da liquidação.
- E) do pagamento.

Questão 37

Um empenho emitido incorretamente, deverá ser:

- A) cancelado.
- B) substituído.
- C) anulado parcialmente.
- D) anulado totalmente.
- E) reforçado.

Questão 38

A inscrição na Dívida Ativa representa contabilmente para o ente:

- A) inicialmente e de forma geral, um fato permutativo.
- B) um decréscimo de patrimônio.
- C) um aumento da situação líquida patrimonial, na ocorrência de um eventual cancelamento, por qualquer motivo.
- D) a ocorrência simultânea de um acréscimo e um decréscimo patrimonial no passivo.
- E) a possibilidade da existência de um futuro precatório.

Questão 39

Suponha uma situação em que você é proprietário de um escritório de contabilidade e presta serviços para uma determinada Cia. Repentinamente, surgiu uma oportunidade de aumentar o seu faturamento. No entanto, essa oportunidade somente seria viável caso renunciasse ao contrato junto à Cia. em que atuava. Para não abandonar o cliente de forma abrupta, você telefonou para um colega contador, também proprietário de um escritório de contabilidade, que prontamente aceitou substituí-lo. Após uma reunião com os executivos da Cia., foi acordado, entre as partes, a transferência de titularidade dos serviços contábeis para o escritório do seu sucessor. No entanto, em uma reunião extra com seu colega, você acertou uma remuneração de 10% (dez por cento) de parte dos honorários que ele receberá da Cia. Em evento posterior, arguido pelo Conselho de Contabilidade, ficou comprovada uma infração ao Código de Ética do Contador – Resolução nº 803/96, isto porque você:

- A) comprovou ser o responsável técnico pelo novo contrato.
- B) comprovou a sua participação nos trabalhos, junto ao seu colega.
- C) não poderia transferir o contrato.
- D) comprovou que a remuneração acordada com o seu colega tratava-se de uma taxa de custos de agenciamento do novo contrato.
- E) transferiu o contrato de serviço sem a prévia anuência do cliente.

Questão 40

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público obedecem a alguns critérios. As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data:

- A) do encerramento do exercício somente.
- B) do efetivo recebimento.
- C) da transação.
- D) da abertura do exercício somente.
- E) do balanço patrimonial.